

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**



**JUSTIÇA MILITAR**

ICA 111-4

**CONSELHO DE DISCIPLINA NO ÂMBITO DO  
COMANDO DA AERONÁUTICA**

2019

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
GABINETE DO COMANDANTE DA AERONÁUTICA**



**JUSTIÇA MILITAR**

ICA 111-4

**CONSELHO DE DISCIPLINA NO ÂMBITO DO  
COMANDO DA AERONÁUTICA**

**2019**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA Nº 2.100 /GC3, DE 3 DE DEZEMBRO DE 2019.

Aprova a reedição da Instrução que dispõe sobre Conselho de Disciplina no âmbito do Comando da Aeronáutica.

**O COMANDANTE DA AERONÁUTICA**, no uso da atribuição que lhe confere o inciso XIV do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, e considerando o que consta do Processo nº 67000.019947/2019-83, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 111-4 “Conselho de Disciplina no Âmbito do Comando da Aeronáutica”, que com esta baixa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 2.128/GC3, de 15 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 243, de 16 de dezembro de 2014.

Ten Brig Ar ANTONIO CARLOS MORETTI BERMUDEZ  
Comandante da Aeronáutica

(Publicada no BCA nº 222, de 5 de dezembro de 2019)



## SUMÁRIO

<b>1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES</b> .....	9
1.1 <u>FINALIDADE</u> .....	9
1.2 <u>CONCEITUAÇÃO</u> .....	9
1.3 <u>COMPETÊNCIA</u> .....	9
1.4 <u>ÂMBITO</u> .....	9
<b>2 DISPOSIÇÕES GERAIS</b> .....	10
2.1 <u>CAUSAS QUE DEMANDAM A INSTAURAÇÃO DE CD</u> .....	11
2.2 <u>QUEM ESTÁ SUJEITO A SER SUBMETIDO A CD</u> .....	11
2.3 <u>COMPOSIÇÃO DO CD</u> .....	11
2.4 <u>IMPEDIMENTOS PARA FAZER PARTE DO CD</u> .....	11
2.5 <u>PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO CD</u> .....	11
2.6 <u>GRAU DE SIGILO</u> .....	12
2.7 <u>LOCAL DE FUNCIONAMENTO</u> .....	13
<b>3 PROCEDIMENTOS RELACIONADOS COM O CD</b> .....	13
3.1 <u>PROVIDÊNCIAS INICIAIS DA AUTORIDADE INSTAURADORA</u> .....	13
3.2 <u>PROVIDÊNCIAS INICIAIS DOS MEMBROS DO CD</u> .....	13
3.3 <u>TERMO DE COMPROMISSO</u> .....	13
3.4 <u>IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO</u> .....	14
3.5 <u>PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS DO PRESIDENTE DO CD</u> .....	14
3.6 <u>COMUNICAÇÕES EXTERNAS</u> .....	15
3.7 <u>INTIMAÇÕES</u> .....	15
3.8 <u>PEÇAS ESSENCIAIS QUE DEVEM CONSTAR DOS AUTOS</u> .....	16
3.9 <u>FASE DE INSTRUÇÃO</u> .....	16
3.10 <u>SESSÕES DO CONSELHO</u> .....	17
3.11 <u>DEFESA E MEIOS DE PROVA</u> .....	19
3.12 <u>RELATÓRIO FINAL</u> .....	20
3.13 <u>JULGAMENTO DA AUTORIDADE INSTAURADORA</u> .....	20
3.14 <u>RECURSO E RESPECTIVO JULGAMENTO</u> .....	21
<b>4 PRAZOS</b> .....	23
<b>5 DISPOSIÇÕES FINAIS</b> .....	24
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	26
Anexo A - Modelo de ofício de instauração de CD .....	27
Anexo B - Modelo de portaria de instauração de Conselho de Disciplina .....	28
Anexo C - Modelo de ofício de encaminhamento de documentos .....	29
Anexo D - Modelo de portaria de afastamento de exercício de função .....	30
Anexo E - Modelo de Termo de Compromisso .....	31
Anexo F - Modelo de Ofício Interno .....	32
Anexo G - Modelo de impedimento ou suspeição suscitada pelo próprio membro do CD .....	33
Anexo H - Modelo de ofício elaborado pelo presidente para sua substituição, por motivo de suspeição ou impedimento .....	34
Anexo I - Modelo de portaria de substituição de presidente ou membros do conselho .....	35
Anexo J - Modelo de ofício de encaminhamento para inspeção de saúde .....	36

Anexo K - Modelo de despachos .....	37
Anexo L - Modelo de ofício para comparecimento de militar sujeito a conselho de disciplina (acusado).....	39
Anexo M - Modelo de ofício para comparecimento de militar sujeito a Conselho de Disciplina (acusado).....	40
Anexo N - Modelo de ofício para comparecimento de militar sujeito a Conselho de Disciplina (acusado).....	41
Anexo O - Modelo de Libelo Acusatório.....	42
Anexo P - Modelo de relatório.....	43
Anexo Q - Modelo Razões de Defesa.....	46
Anexo R - Modelo de Termo de Qualificação e Interrogatório .....	48
Anexo S - Modelo de complementação das razões de defesa.....	50
Anexo T - Modelo de Ofício (comunicação externa).....	51
Anexo U - Modelo de numeração e local de rubrica de folha .....	52
Anexo V - Modelo de Termo de Inquirição de Testemunha.....	53
Anexo W - Modelo de ofício de comparecimento de testemunha.....	55
Anexo X - Modelo de ofício de comparecimento de testemunha.....	56
Anexo Y - Modelo de carta precatória.....	57
Anexo Z - Modelo de ofício para comparecimento do acusador .....	58
Anexo AA - Modelo de termo de inquirição ao acusador .....	59
Anexo BB - Modelo de ofício de encaminhamento de documentos.....	61
Anexo CC - Modelo de nomeação de defensor do acusado a revelia.....	62
Anexo DD - Modelo de encerramento e remessa do Conselho de Disciplina .....	63
Anexo EE - Modelo de ofício de remessa de autos de Conselho de Disciplina.....	64
Anexo FF - Modelo de ofício de remessa de processo ao auditor competente.....	65
Anexo GG - Modelo de ofício de remessa de autos de Conselho de Disciplina, a fim de efetivar reforma ou exclusão a bem da disciplina .....	66
Anexo HH - Modelo de ofício de encaminhamento de solução ao acusado .....	67
Anexo II - Modelo de Requerimento .....	68
Anexo JJ - Modelo de recebimento de documentos .....	69
Anexo KK - Modelo de juntada de documentos expedidos e recebidos .....	70
Anexo LL - Modelo de certidão .....	71
Anexo MM - Modelo de capa de Conselho de Disciplina.....	72
Anexo NN - Modelo de sumário .....	73
Anexo OO - Modelo de ata da 1ª sessão .....	74
Anexo PP - Modelo de ata da 2ª Sessão.....	76
Anexo QQ - Modelo de ata da 3ª Sessão .....	78
Anexo RR - Modelo de ata da 4ª Sessão.....	80
Anexo SS - Modelo de ata da 5ª Sessão.....	82
Anexo TT - Modelo de ata da 6ª Sessão .....	84
Anexo UU - Modelo de ata da 7ª Sessão .....	86
Anexo VV - Modelo de termo de acareação.....	88
Anexo WW - Modelo de ofício de prorrogação de prazo para conclusão do Conselho de Disciplina.....	90
Anexo XX - Modelo de portaria de prorrogação de prazo para conclusão do Conselho de Disciplina .....	91
Anexo YY - Modelo de ofício para solicitação de informações .....	92
Anexo ZZ - Modelo de ofício de apresentação de testemunha.....	93

## **PREFÁCIO**

Com o intuito de preencher uma lacuna existente no âmbito do Comando da Aeronáutica (COMAER) - desde a criação do antigo Ministério da Aeronáutica, em 20 de janeiro de 1941 - no que se refere à inexistência de legislação ou regulamentação que normatize, padronize e oriente os procedimentos relacionados com Conselho de Disciplina, houve-se por bem o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa que culminou com a elaboração da presente publicação.

Esta Instrução, viabilizada graças à prestimosa colaboração da Consultoria Jurídica Adjunta do Comando da Aeronáutica (COJAER), com certeza, contribuirá para aprimorar os procedimentos relativos à apuração de eventuais irregularidades atribuídas a Aspirantes a Oficial e a Praças com estabilidade assegurada, tudo com o objetivo de permitir que a Instituição possa avaliar, de forma precisa e isenta, a sua incapacidade ou não de permanecer na ativa.

É oportuno salientar que, durante todo o processo de elaboração desta Instrução, procurou-se atender aos preceitos constitucionais e aos demais princípios jurídicos que orientam o exercício da Administração Pública Federal.



## **1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

### **1.1 FINALIDADE**

A presente Instrução tem por finalidade normatizar, padronizar e orientar os procedimentos para a elaboração de Conselho de Disciplina (CD) no âmbito do COMAER.

### **1.2 CONCEITUAÇÃO**

#### **1.2.1 CONSELHO DE DISCIPLINA (CD)**

**1.2.1.1** É o procedimento administrativo que tem por finalidade a apuração de irregularidades atribuídas a Aspirantes a Oficial e a Praças com estabilidade assegurada, que, por suas condutas, tornem-se presumivelmente incapazes de permanecerem na ativa, criando-lhes, ao mesmo tempo, condições para se defenderem.

**1.2.1.2** O Conselho de disciplina pode, também, ser aplicado, ao Aspirante a Oficial e às demais praças, reformadas ou na reserva remunerada, presumivelmente incapazes de permanecerem na situação de inatividade em que se encontrem.

### **1.3 COMPETÊNCIA**

**1.3.1** O CD poderá ser instaurado por intermédio de ofício (Anexo A) ou por ordem superior, mediante Portaria das seguintes autoridades:

- a) Oficial-General, em função de comando, direção ou chefia mais próxima na linha de subordinação direta do Aspirante a Oficial ou Suboficial da ativa a ser julgado;
- b) Comandante do Comando Aéreo Regional (COMAR) a que estiver vinculada a Praça, da reserva remunerada ou reformada a ser julgada; ou
- c) comandante, chefe, diretor de Organização Militar (OM) ou autoridade em atribuições disciplinares equivalentes, no caso das demais praças com estabilidade assegurada.

### **1.4 ÂMBITO**

A presente Instrução aplica-se a todas as OM do COMAER.

## **2 DISPOSIÇÕES GERAIS**

### **2.1 CAUSAS QUE DEMANDAM A INSTAURAÇÃO DE CD**

**2.1.1** Deverá ser instaurado o CD, *ex officio*, sempre que ocorrer uma das seguintes situações:

- a) indício de prática de ato ou de omissão que caracterize descumprimento ou violação de obrigações ou deveres militares, incompatível com a permanência na situação de militar da ativa, da reserva ou reformado;
- b) acusação oficial, ou por qualquer meio lícito de comunicação social, de ter o militar procedido incorretamente no desempenho do cargo ou função, de haver apresentado conduta irregular, bem como de ter praticado ato ou omissão que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decore da classe;
- c) afastamento do militar, por se tornar incompatível com o cargo ou função, ou por demonstrar incapacidade para o exercício das funções a ele inerentes, salvo se o afastamento é decorrência de fatos que motivem sua submissão ao processo;
- d) condenação por crime doloso não previsto na legislação especial, concernente à segurança do Estado, por sentença com trânsito em julgado em tribunal civil ou militar a pena restritiva de liberdade individual de até dois anos; e
- e) participação em partido político ou associação, suspensos ou dissolvidos por força de disposição legal ou decisão judicial, ou que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional.

**2.1.2** Quando os casos que fundamentam o CD, com base no art. 2º, incisos I, II ou IV do Decreto nº 71.500, também derem ensejo a inquérito policial ou a processo penal, comum ou militar, e desde que a gravidade da conduta não permita aguardar o trânsito em julgado da decisão judicial, a autoridade instauradora, após avaliar os possíveis reflexos da decisão na seara administrativa, poderá instaurar o Conselho, em razão da independência das instâncias penal e administrativa.

**2.1.2.1** Caso a autoridade instauradora, na situação descrita no subitem 2.1.2, opte, em um primeiro momento, por não instaurar o CD, deverá promover as medidas necessárias para acompanhar o desfecho do inquérito policial ou do processo penal, comum ou militar, observando o prazo prescricional para a instauração, que será de 6 (seis) anos a contar da data em que foram praticados os atos que podem ensejar a instauração do CD.

**2.1.2.2** Nas situações descritas nos subitens 2.1.2 e 2.1.2.1, ocorrendo o trânsito em julgado de sentença condenatória em processo penal militar, a possibilidade de instauração do CD passará a ser verificada de acordo com os prazos prescricionais previstos no Código Penal Militar, levando-se em conta, para efeitos de cálculo, a pena imposta.

**2.1.3** Somente dispensará a instauração de CD, dando ensejo à imediata exclusão a bem da disciplina, os casos de condenação, em sentença transitada em julgado, por crime previsto na legislação especial concernente à segurança do Estado, ou por crime de natureza dolosa cuja pena restritiva de liberdade individual aplicada seja superior a 2 (dois) anos, quando o tribunal, civil ou militar, tenha se pronunciado pela imposição da pena de exclusão das Forças Armadas.

## **2.2 QUEM ESTÁ SUJEITO A SER SUBMETIDO A CD**

**2.2.1** O CD é um procedimento administrativo do qual a Instituição pode lançar mão para apurar irregularidades atribuídas aos seguintes militares:

- a) na ativa, o Aspirante a Oficial e as Praças com estabilidade assegurada; e
- b) na inatividade, o Aspirante a Oficial e as Praças na reserva remunerada ou reformadas.

**2.2.2** Na situação de reforma, o Aspirante a Oficial ou a Praça poderá ser submetido a CD no caso em que a gravidade dos atos implique incompatibilidade manifesta de permanência naquela situação, de acordo com o disposto no § 3º do art. 49 da Lei nº 6.880, de 1980.

**2.2.3** O militar da ativa, submetido a CD, será afastado do cargo ou de suas funções enquanto durar o procedimento disciplinar.

## **2.3 COMPOSIÇÃO DO CD**

**2.3.1** O CD é composto por três oficiais da Aeronáutica, sendo o de maior grau hierárquico (no mínimo, um oficial intermediário) o Presidente; o que lhe segue em antiguidade será Interrogante e Relator; e o mais moderno o Escrivão.

**2.3.1.1** A fim de evitar que a composição de CD seja feita por oficiais do convívio diário do acusado (o que poderia viciar a solução do respectivo Conselho), a autoridade instauradora poderá solicitar ao escalão superior, fundamentadamente, que lhe coloque à disposição oficiais pertencentes ao efetivo de outras OM, necessários para a composição do CD, ou que designe diretamente os seus membros.

**2.3.1.2** O CD funcionará sempre com a totalidade de seus membros.

## **2.4 IMPEDIMENTOS PARA FAZER PARTE DO CD**

**2.4.1** Não podem fazer parte do CD:

- a) o oficial que formulou a acusação;
- b) os oficiais que tenham entre si, com o acusado, parentesco consanguíneo ou afim, na linha reta ou até o quarto grau de consanguinidade colateral ou de natureza civil; e
- c) os oficiais que tenham particular interesse na decisão do CD.

**2.4.1.1** Caso o acusado argua a suspeição ou impedimento de qualquer pessoa para trabalhar como membro do CD, poderá apresentar as suas razões utilizando o modelo constante do Anexo F.

**2.4.1.2** Qualquer membro do CD que se julgar impedido de participar do Conselho deverá explicitar suas razões utilizando o modelo constante do Anexo G.

## **2.5 PORTARIA DE NOMEAÇÃO DO CD**

**2.5.1** A Portaria de nomeação do CD (Anexo B) deverá conter:

- a) a data da nomeação, que poderá ser marcada para alguns dias após a expedição da Portaria, de modo que os membros disponham de tempo para estudar o assunto e para providenciar as cópias das folhas de alterações do acusado;

- b) os postos e os nomes dos integrantes e a expressa indicação das funções;
- c) a graduação, a especialidade e o nome do acusado;
- d) os fundamentos de fato e de direito da submissão do acusado ao CD;
- e) o local onde funcionará o CD; e
- f) os anexos e os documentos que deram origem à nomeação.

**2.5.1.1** A autoridade instauradora enviará ao presidente do Conselho, via ofício (Anexo C), todos os documentos inerentes ao CD.

**2.5.2** A Portaria de afastamento das funções do acusado (Anexo D), a ser efetivada a partir da data da nomeação dos membros, colocando-o à disposição do Presidente do CD e privando-o do exercício de qualquer função militar, até a decisão final do Conselho ou das providências legais que deste resultarem, deverá ser transcrita nas folhas de alterações do acusado.

## **2.6 GRAU DE SIGILO**

**2.6.1** O ato de designação do CD será publicado em Boletim do Comando da Aeronáutica (BCA) e no Boletim Interno (Bol Intr) da OM onde ocorreu a irregularidade, observado o grau de sigilo.

**2.6.2** Sendo sigilosos, os depoimentos não deverão ser acompanhados ou assistidos por estranhos ao processo. Entretanto, para assegurar a lisura do interrogatório, o Presidente do CD poderá se valer de duas testemunhas do ato, que deverão ser hierarquicamente superiores ao acusado.

**2.6.3** Ao CD é atribuído o grau de sigilo reservado, sendo a custódia e a autorização de acesso aos documentos que compõem o processo de inteira responsabilidade da autoridade instauradora ou do Presidente do CD, observadas as seguintes disposições para a segurança dos documentos e das informações:

- a) somente o acusado e o seu defensor poderão ter acesso, mediante solicitação, às informações constantes dos documentos componentes dos autos, assegurando-se o direito à ampla defesa, de acordo com o disposto no art. 5º, inciso LV da Constituição Federal;
- b) para possibilitar ao acusado o pleno exercício da ampla defesa, devem ser-lhe fornecidas, mediante recibo, quando por ele requeridas, cópias de todos os documentos que compoñham, ou que passem a compor os autos do processo, desde que, a critério do Presidente do CD, isso não possa frustrar diligência em andamento, sendo adotado, também, o devido cuidado para resguardar o interesse de terceiros alheios ao processo; e
- c) a cópia do Libelo Acusatório, dos Termos de Interrogatório e dos Depoimentos das Testemunhas deverão ser entregues ao acusado, independente de prévio requerimento.

## **2.7 LOCAL DE FUNCIONAMENTO**

O CD funcionará em local onde a autoridade instauradora julgue ser o melhor indicado para a apuração do fato.

### **3 PROCEDIMENTOS RELACIONADOS COM O CD**

#### **3.1 PROVIDÊNCIAS INICIAIS DA AUTORIDADE INSTAURADORA**

Considerando que o acusado é submetido a CD porque teve um desempenho abaixo do perfil delineado para os padrões do Comando da Aeronáutica (COMAER), fazendo-se necessária a verificação de seus conceitos, com a finalidade de aferir se reúne os requisitos essenciais para permanecer na ativa ou sofrer as sanções previstas na legislação em vigor, a autoridade instauradora deverá orientar os membros do CD a, no decorrer do processo, apreciar os fatos mencionados na Parte Acusatória, julgando-os de acordo com as legislações que regem a matéria e a(s) prova(s) dos autos.

#### **3.2 PROVIDÊNCIAS INICIAIS DOS MEMBROS DO CD**

**3.2.1** Uma vez nomeados, os membros do CD deverão observar a seguinte legislação que rege a matéria:

- a) Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988;
- b) Lei nº 6.880, de 1980, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares;
- c) Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969, “Código de Processo Penal Militar (CPPM)”, nos termos do art. 16 do Decreto nº 71.500, de 1972;
- d) Decreto nº 71.500, de 1972 "Conselho de Disciplina";
- e) Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993 “REPROGAER”; e
- f) Decreto nº 2.166, de 27 de fevereiro de 1997, que dá nova redação aos arts. 32, 44 e 45 do REPROGAER.

**3.2.2** Recebida a Portaria de Nomeação, os membros do CD devem estudar as legislações pertinentes e a Parte Acusatória, para se situarem diante das responsabilidades atribuídas a todos e a cada um de *per si*, a fim de criarem um método de trabalho, formulando esboços do Libelo Acusatório, do rol de testemunhas a serem convocadas e do teor das perguntas a serem formuladas.

**3.2.2.1** Nas acusações referentes à conduta irregular, analisar as repercussões das punições sofridas pelo acusado no transcurso de sua vida militar.

**3.2.2.2** Durante a apuração promovida pelo CD pode ser necessária a verificação dos conceitos do acusado, com a finalidade de constituir elementos que corroborem com a formação das opiniões de seus membros sobre a capacidade ou não do acusado permanecer na situação em que se encontra (de atividade ou inatividade), caso em que, não tendo sido remetidas com os documentos que deram início ao processo, as Fichas de Avaliação do acusado poderão ser solicitadas pelo Presidente diretamente à CPG, ou à CPO, no caso de ser o acusado Aspirante a Oficial.

#### **3.3 TERMO DE COMPROMISSO**

Compete ao escrivão lavrar o Termo de Compromisso a ser assinado pelos membros do CD, o qual, em seguida, será juntado aos autos, de acordo com o Anexo E.

### **3.4 IMPEDIMENTO E SUSPEIÇÃO**

**3.4.1** Caberá ao CD decidir sobre os impedimentos ou suspeições que foram arguidos ou declarados, em relação a seus membros, acatada a decisão da maioria.

**3.4.1.1** Os incidentes, as interrupções e todo e qualquer fato reputado como importante, requerido ou ordenado pelo CD, constarão de Ata.

**3.4.1.2** Considerada procedente a arguição, o Presidente do CD solicitará à autoridade instauradora a designação de outro oficial, suspendendo-se os trabalhos até a apresentação do substituto (Anexo H).

**3.4.1.3** Após recebimento do ofício do Presidente do CD com as alegações da suspeição ou do impedimento, a autoridade instauradora deverá nomear outro presidente ou membro do CD (Anexo I).

**3.4.1.4** Rejeitada a alegação de impedimento ou suspeição, o CD prosseguirá normalmente os seus trabalhos.

### **3.5 PROVIDÊNCIAS IMEDIATAS DO PRESIDENTE DO CD**

**3.5.1** Instaurado o CD, o seu Presidente providenciará a imediata ordem de Inspeção de Saúde do acusado (Anexo J), de acordo com o previsto na letra “g” do item 2.1 da ICA 160-1 “Instruções Reguladoras das Inspeções de Saúde (IRIS)”.

**3.5.1.1** Poderão ser emitidas à Junta de Saúde cópias de documentos considerados elucidativos, sendo a cópia da respectiva ata juntada aos autos.

**3.5.2** O Presidente do CD determinará a adoção de providências no sentido de que aos autos seja anexada cópia dos assentamentos militares do acusado.

**3.5.3** Os membros do CD devem ser orientados para não reverem o mérito das transgressões disciplinares e suas punições.

**3.5.4** O Presidente do CD só deverá passar a assinar documentos atinentes ao processo a partir da data de vigência prevista na Portaria de nomeação dos membros, nela emitindo, de próprio punho, um Despacho (Anexo K) contendo os seguintes elementos:

- a) designação do dia e hora para a realização da 1ª sessão;
- b) convocação dos demais membros e do acusado;
- c) informação do local de funcionamento do CD; e
- d) determinação para que sejam providenciadas cópias das folhas de alterações do acusado.

**3.5.5** O acusado será intimado a comparecer a todas as sessões do Conselho, mediante convocação por escrito e entregue com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, onde restará consignado que ele poderá se fazer acompanhar de advogado legalmente habilitado e devidamente constituído, a quem competirá prover sua defesa.

**3.5.5.1** Caso o acusado, devidamente intimado, deixe de comparecer à Sessão do Conselho e não apresente justificativa plausível, o processo correrá à revelia, devendo, neste caso, ser comunicado à autoridade instauradora, a quem competirá designar oficial para acompanhar o processo.

**3.5.6** O Presidente do CD deverá comparecer à 1ª sessão, munido do Libelo Acusatório (Anexo O) contendo todas as acusações que pesem sobre o militar, bem como o rol de testemunhas.

**3.5.7** O Presidente do CD deverá orientar os membros do CD para que tenham em mente que o ônus da prova cabe à acusação.

**3.5.8** Reunido o Conselho e na presença do acusado, o Presidente prestará compromisso de apreciar com imparcial atenção os fatos que lhe foram submetidos, de julgá-los de acordo com a lei e a prova dos autos, além de manter o sigilo do processo, compromisso esse que visa a dar a seriedade que o processo requer, na forma do CPPM.

**3.5.9** O Presidente do CD deverá assegurar ao acusado o direito à ampla defesa e ao contraditório no decorrer do processo, permitindo-lhe o exame dos autos, a partir da data do recebimento do Libelo Acusatório e após a última sessão do Conselho, antes da elaboração do Relatório (Anexo P), sempre no local de funcionamento do Conselho, para apresentação das Razões de Defesa (Anexo Q), no prazo de até 5 (cinco) dias após o Termo de Qualificação e Interrogatório (Anexo R).

**3.5.9.1** Durante o interrogatório, o defensor do acusado não poderá intervir ou influir, de qualquer modo, nas perguntas e nas respostas.

**3.5.9.2** Após o interrogatório o acusado poderá apresentar Razões de Defesa (Anexo Q), no prazo de 5 (cinco) dias a contar da lavratura do Termo de Qualificação e Interrogatório (Anexo R)

**3.5.9.3** Após a fase de instrução e até o período de elaboração do Relatório, o acusado poderá apresentar complementação das Razões de Defesa (Anexo S).

### **3.6 COMUNICAÇÕES EXTERNAS**

**3.6.1** Instaurado o CD, os seguintes órgãos deverão ser cientificados por intermédio de mensagem-rádio (Anexo T):

- a) OM a que, administrativamente, estiver subordinado o órgão encarregado do processo;
- b) COMAR em cuja área territorial esteja instaurado;
- c) Comando-Geral do Pessoal (COMGEP);
- d) Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP);
- e) Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER); e
- f) Comissão de Promoções de Oficiais (CPO), se o indiciado for Aspirante a Oficial.

### **3.7 INTIMAÇÕES**

**3.7.1** Quando o acusado for praça da reserva remunerada ou reformada e não for localizado ou deixar de atender à intimação por escrito para comparecer perante o CD, deverão ser observados os seguintes procedimentos:

- a) a intimação será publicada na imprensa oficial; e
- b) o processo correrá à revelia, se o acusado não atender à publicação e se a sua ausência não tiver sido justificada.

**3.7.1.1** Tratando-se de testemunha que não seja servidor público, a intimação será dirigida a ela pessoalmente, observando-se o disposto na letra “a” do item 3.7.1.

### **3.8 PEÇAS ESSENCIAIS QUE DEVEM CONSTAR DOS AUTOS**

**3.8.1** Dos autos do CD deverão constar as seguintes peças essenciais:

- a) a lavratura da juntada, do recebimento e da certidão de documentos;
- b) a autuação e o ato de nomeação do conselho, acompanhado dos documentos alusivos à acusação;
- c) o compromisso dos membros do CD;
- d) cópias autenticadas das folhas de alterações do acusado, quando se tratar de militar em serviço ativo;
- e) o auto de qualificação e interrogatório do acusado, ressalvado o caso de revelia;
- f) os termos de inquirição das testemunhas e acareação (Anexos V e VV), se houver;
- g) o Libelo Acusatório, com a ciência pessoal do acusado, ou, em caso de revelia, de seu defensor, para oferecer a defesa escrita, no prazo legal;
- h) a defesa do acusado ou a expressa referência nos autos da oportunidade de oferecê-la;
- i) o Relatório final assinado pelos membros do CD; e
- j) o termo de encerramento.

**3.8.1.1** Todas as folhas do processo deverão ser numeradas e rubricadas pelo escrivão do CD (Anexo U).

### **3.9 FASE DE INSTRUÇÃO**

**3.9.1** Na fase de instrução, serão elucidados os fatos, mediante a produção de provas ou da complementação das inicialmente existentes.

**3.9.2** A testemunha será inquirida sobre o objeto da acusação, cabendo aos membros do CD, se necessário, propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

**3.9.3** As testemunhas serão ouvidas em separado, de modo que uma não possa ouvir o depoimento da outra, devendo prestar compromisso antes do início do Termo de Inquirição (Anexo V).

**3.9.4** O comparecimento de militares da ativa, assemelhados ou servidores públicos em atividade, para depor como testemunhas, será solicitado por intermédio de ofício (Anexos W e X) ao respectivo comandante, chefe ou diretor.

**3.9.5** A intimação do acusado que esteja na reserva remunerada ou reformado será determinada pelo Presidente do CD e promovida pelo escrivão.

**3.9.6** O comparecimento do acusado preso será solicitado à autoridade responsável pela sua custódia, à qual dará ciência imediata do teor do documento.

**3.9.6.1** O acusado preso deverá ser apresentado ao Presidente do CD sob a guarda de um oficial, se Aspirante a Oficial, ou sob escolta, no caso das demais Praças, conforme os regulamentos militares.

**3.9.7** Se a testemunha for militar de patente superior à do Presidente do CD, será por este solicitado à autoridade competente que determine o comparecimento da testemunha à sessão do CD ou que, se for o caso, marque o local, dia e hora a fim de ser ouvida.

**3.9.8** Quando a testemunha se encontrar em local distante da cidade onde for instaurado o CD, poderá ser ouvida por autoridade militar do lugar do seu domicílio, de preferência da Aeronáutica, expedindo-se para esse fim Carta Precatória (Anexo Y).

**3.9.8.1** Será solicitada, à autoridade encarregada de cumprir a Carta Precatória a sua devolução com a maior brevidade possível, a fim de ser observado o prazo de ultimação do CD.

**3.9.8.2** Com a Carta Precatória, seguirão os quesitos a serem respondidos pela testemunha, inclusive os formulados pela defesa.

**3.9.8.3** O acusado deverá ser cientificado da expedição da Carta Precatória, a fim de, se o desejar, oferecer quesitos ou comparecer à inquirição.

### **3.10** SESSÕES DO CONSELHO

**3.10.1** As sessões serão designadas com antecedência de, no mínimo, 24 horas, devendo ser intimados o acusado e as testemunhas que a elas devam comparecer.

**3.10.1.1** É obrigatória a presença do acusado a todas as sessões do CD.

**3.10.1.2** A ausência injustificada do acusado a qualquer ato, Qualificação e Interrogatório, quando devidamente intimado, não impede o andamento do Conselho.

**3.10.1.3** As sessões deverão ocorrer durante o dia, em período compreendido entre sete e dezoito horas (art. 19 do CPPM).

**3.10.1.4** O depoimento que não ficar concluído até as dezoito horas será encerrado, devendo prosseguir no 1º dia útil seguinte, em hora determinada pelo Presidente do CD.

**3.10.2** As sessões serão abertas pelo Presidente, com a presença de todos os seus membros.

**3.10.3** Com a presença do acusado, o Presidente mandará proceder à leitura e à autuação dos documentos que deram causa à designação do CD, especialmente:

- a) a Portaria de Nomeação, com seus anexos;
- b) a Portaria de Afastamento das Funções;
- c) o Libelo Acusatório; e
- d) demais documentos inclusos nos autos do CD.

**3.10.3.1** Os documentos que deram causa à constituição do CD são os relativos aos fatos mencionados nas letras do item 2.1.1 desta Instrução, podendo constituir-se em manifestação de qualquer autoridade pública, oficialmente feita, inclusive por carta epistolar, por publicação na imprensa ou por Relatório de sindicância.

**3.10.3.1.1** Comparecendo o acusado, porém, desacompanhado de advogado ou de oficial orientador de sua defesa, o Presidente determinará a suspensão da sessão, consignando em ata as razões de o acusado ter comparecido sem defensor, caso em que, também, será adotado o procedimento previsto no subitem 3.10.3.

**3.10.3.2** A convocação do acusador será feita conforme Anexo Z.

**3.10.3.3** O CD pode inquirir o acusador ou receber, por escrito, seus esclarecimentos, ouvindo-o posteriormente, conforme Anexo AA.

**3.10.3.4** Verificado que foram satisfeitas as providências relativas às intimações (item 3.7.1) e que, apesar delas, o acusado não compareceu, será mandado lavrar o termo de revelia e nomeado o defensor na forma do subitem 3.5.5.1.

**3.10.4** Após a leitura e a autuação dos documentos a que se refere o item 3.10.3, o Presidente determinará a qualificação e o interrogatório do acusado sobre os fatos que deram causa ao CD, o que é reduzido a termo, assinado por todos os membros do Conselho, pelo acusado e, na existência de defensor, também por este; fará entrega ao acusado de cópia do Libelo Acusatório e do ofício de apresentação à Junta de Saúde (se ainda não tiver sido entregue); e, a seguir, serão juntados ao processo todos os documentos oferecidos pelo acusado.

**3.10.4.1** Ao advogado legalmente habilitado e constituído no processo é permitida uma falta injustificada às sessões do Conselho. Nesse caso, a referida sessão será suspensa e nova data será marcada para realização daquele ato. Em caso de nova ausência, exceto por motivo de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado, aplicar-se-á o disposto no item 3.10.3.1.1.

**3.10.4.2** Antes de iniciar o Interrogatório, o Presidente informará ao acusado que, embora não esteja obrigado a responder às perguntas que lhe forem formuladas, o seu silêncio não importará confissão, mas poderá constituir elemento para formação do convencimento dos membros do CD.

**3.10.4.3** As perguntas formuladas ao depoente deverão ser transcritas antes da respectiva resposta.

**3.10.4.4** Aos membros do CD é lícito reperguntar ao acusado e às testemunhas sobre o objeto da acusação, bem como propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

**3.10.4.5** O acusado poderá juntar documentos ou protestar pela oportuna juntada.

**3.10.4.6** O limite de tempo para inquirição de testemunhas não poderá ultrapassar o período de quatro horas consecutivas, sendo-lhes facultado o descanso de meia hora, sempre que tiver de prestar declarações além desse tempo.

**3.10.5** Na mesma audiência, ou em outra que for designada, mas sempre na presença do acusado, se este não for revel, serão ouvidas as testemunhas.

**3.10.5.1** As perguntas formuladas deverão ser transcritas antes das respostas.

**3.10.5.2** Os membros do CD poderão reperguntar às testemunhas sobre os fatos.

**3.10.5.3** Ao acusado é facultado dirigir perguntas às testemunhas, por intermédio do Presidente do CD.

**3.10.5.4** Na tomada de qualquer depoimento, as perguntas indeferidas, importantes em seu relacionamento com o objeto do CD, deverão constar do termo, caso seja requerido pelo interlocutor.

**3.10.6** Se o CD tiver sido precedido de sindicância, deverão ser, novamente, ouvidos o acusado e as testemunhas envolvidos naquele processo, cujas declarações possam influir no julgamento.

**3.10.7** Na hipótese de serem juntadas peças ou certidões de declarações constantes de outros processos, o CD deverá ouvir, diretamente, o depoimento das pessoas cuja declaração seja relevante ao julgamento.

**3.10.8** O Presidente ou qualquer membro do CD poderá propor diligências para o esclarecimento dos fatos.

**3.10.8.1** As diligências, tantas quantas forem necessárias, poderão consistir em intimação de novas testemunhas, requisição de processos, juntada de documentos, reconhecimento de pessoas ou coisas, vistorias, inspeções, perícias, acareações, busca e apreensão ou quaisquer providências para o esclarecimento dos fatos.

**3.10.8.2** Quando o CD entender que ficaram realizadas todas as provas e diligências à complementação dos elementos indispensáveis à apuração dos fatos, obedecidas as formalidades e exigências legais, designará dia e hora para o julgamento, deliberando o Relatório.

### **3.11 DEFESA E MEIOS DE PROVA**

**3.11.1** Ao ser entregue o Libelo Acusatório, o escrivão colherá a assinatura do acusado, de forma a que fique expressamente consignado o recebimento.

**3.11.2** Ao acusado é assegurada ampla defesa.

**3.11.3** O prazo para apresentação da defesa começará a correr no momento em que for entregue o Libelo Acusatório, devendo o escrivão providenciar para que o acusado passe recibo, nos autos, na data em que lhe for entregue aquele documento.

**3.11.4** Em sua defesa, pode o acusado requerer a produção, perante o CD, de todas as provas em direito admitidas.

**3.11.5** O acusado poderá apresentar, no máximo, três testemunhas (§ 3º do art. 417 do CPPM) ou até o número de testemunhas arroladas no Libelo Acusatório, caso seja superior a três, as quais serão ouvidas de *per si*, ou seja, de modo que uma não possa ouvir o depoimento da outra testemunha, procurando-se, com isso, evitar que o depoimento de uma influencie no da outra, o que torna a testemunha mais fiel e espontânea possível no seu depoimento, sendo importante haver um intervalo entre a inquirição de uma testemunha e de outra.

**3.11.6** A oitiva deverá ser realizada durante o dia, no horário das sete às dezoito horas.

**3.11.7** As testemunhas arroladas pelo acusado poderão comparecer intimadas ou não.

**3.11.8** Quando o acusado assume a responsabilidade pela condução das testemunhas de defesa, sem intimação, o não comparecimento não ensejará o adiamento, salvo comprovado motivo de caso fortuito ou força maior, a critério do CD.

**3.11.9** O militar da ativa que, intimado na condição de testemunha, não comparecer, poderá ser apresentado sob escolta.

**3.11.10** Na defesa escrita, poderá o acusado solicitar a produção de provas, apresentar testemunhas e requerer a reinquirição das já ouvidas.

**3.11.11** A ausência injustificada do acusado a qualquer ato, qualificação e interrogatório, quando devidamente intimado, não impede o andamento do Conselho.

### **3.12 RELATÓRIO FINAL**

**3.12.1** O Relatório Final tem a finalidade de apreciar os fatos e as provas constantes do processo e deverá conter uma parte expositiva e outra conclusiva.

**3.12.1.1** A parte expositiva do Relatório conterá:

- a) a narração sucinta do fato, ou fatos, objeto da apuração;
- b) o nome do acusado e a sua qualificação militar;
- c) os fatos alegados pelo acusado em sua defesa, bem como se resultaram provados de modo a interferir no julgamento, a fim de atenuar ou elidir a pena a ser imposta; e
- d) o conjunto de provas constantes do processo, citando-se, em especial, as que possam produzir maior convencimento no julgamento.

**3.12.1.2** A parte conclusiva do Relatório conterá:

- a) resumo dos motivos pelos quais os membros do CD consideram o acusado culpado ou inocente da respectiva acusação;
- b) a indicação do dispositivo legal que o acusado infringiu, uma vez reconhecida a sua culpa, bem como a sugestão da punição a ser aplicada; e
- c) a indicação de que o acusado está, ou não, em condições de permanecer na ativa, ou na situação em que se encontrar na inatividade, se o motivo do CD for a condenação do militar à pena restritiva de liberdade individual até dois anos, por sentença irrecorrível proferida por Tribunal Civil ou Militar, pela prática de crime doloso.

**3.12.1.3** A decisão constante do Relatório será tomada por maioria de votos de seus membros, facultada a justificação por escrito do voto vencido, se houver.

**3.12.2** Elaborado o Relatório, com um termo de encerramento (Anexo DD), deverá o processo ser remetido, via ofício (Anexo EE), à autoridade instauradora.

**3.12.3** Realizadas todas as diligências e recebida a complementação das Razões de Defesa, bem como a Ata de Inspeção de Saúde, o CD passará a deliberar sobre o Relatório, que será redigido pelo escrivão e assinado por todos os membros, e votará para decidir se o acusado é ou não culpado da acusação que lhe foi feita, e ainda, se é ou não incapaz de permanecer na situação de atividade ou inatividade em que se encontra.

### **3.13 JULGAMENTO DA AUTORIDADE INSTAURADORA**

**3.13.1** A autoridade instauradora do CD proferirá decisão, considerando o objeto do processo, as provas produzidas e a defesa oferecida.

**3.13.2** Será justificada pela autoridade instauradora a decisão que não coincidir com as conclusões constantes do Relatório Final dos membros do CD, dando ciência formal ao acusado (datar e colher a assinatura no original).

**3.13.3** Em qualquer hipótese, após a decisão, cabe à autoridade instauradora determinar:

- a) o arquivamento do processo, se não julgar o acusado culpado ou incapaz de permanecer na ativa ou na situação de inatividade;
- b) a aplicação de pena disciplinar, se considerar transgressão disciplinar a razão pela qual a praça foi julgada culpada;

- c) a remessa do processo ao auditor competente (Anexo FF), se considerar crime a razão pela qual a praça foi julgada; ou
- d) a remessa do processo ao Comandante da Aeronáutica (CMTAER) ou à autoridade a quem tenha sido delegada competência para efetivar reforma ou exclusão a bem da disciplina (Comandante-Geral do Pessoal – Anexo GG).

**3.13.3.1** Se a autoridade instauradora decidir pela determinação do que está previsto na letra “d”, do item 3.13.3, a remessa do processo far-se-á acompanhada da indicação de medidas específicas, caso conclua que tenha ocorrido uma das seguintes situações:

- a) o acusado agiu incorretamente no desempenho do cargo ou função;
- b) ficou comprovada a conduta irregular do acusado;
- c) o acusado praticou ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou decoro da classe;
- d) o acusado foi considerado incompatível com o cargo ou demonstrou incapacidade no exercício de funções a ele inerentes; e
- e) o acusado pertence a partido político ou associação, suspensos ou dissolvidos por força de disposição legal ou decisão judicial, ou que exerçam atividades prejudiciais ou perigosas à segurança nacional.

**3.13.3.2** Se a autoridade instauradora decidir pela determinação do que está previsto na letra “b”, do item 3.13.3, e considerar o militar apto a permanecer no serviço ativo, o Conselho de Disciplina deverá deliberar no relatório acerca do caráter definitivo, ou não da inabilitação para Quadro de Acesso nos próximos ciclos de promoção.

**3.13.4** À DIRAP são remetidos os seguintes documentos:

- a) ofício contendo cópias da Decisão dos membros do CD e da Solução da autoridade instauradora, quando o graduado for considerado inocente, nos termos da letra “a” do item 3.13.3 da presente Instrução, ou quando for considerado culpado, nos termos da letra “b” do mesmo item, sem interpor recurso; e
- b) mensagem-rádio informando a Solução da autoridade instauradora, quando o graduado for considerado culpado, nos termos da letra “b”, impetrando recurso, e das letras “c” e “d”, tudo do item 3.13.3 desta Instrução.

**3.13.5** Ao COMGEP são remetidos os autos do processo quando o acusado for considerado culpado e incurso nas letras ‘b’ (caso presente recurso) ou ‘d’ do subitem 3.13.3.

### **3.14 RECURSO E RESPECTIVO JULGAMENTO**

**3.14.1** O acusado deverá ser expressamente cientificado da decisão da autoridade instauradora, tomando ciência e podendo oferecer recurso contra a referida decisão, conforme Anexo HH.

**3.14.1.1** É de 10 (dez) dias, a partir da cientificação do resultado do CD, o prazo para apresentação do recurso.

**3.14.1.2** Cabe ao CMTAER, em última instância, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da data do recebimento do processo, julgar o recurso.

**3.14.2** Transitará, obrigatoriamente, pelo COMGEP o recurso oferecido contra a decisão constante do CD, competindo ao Comandante-Geral do Pessoal submeter o processo à decisão do CMTAER.

**3.14.2.1** Os autos do processo de CD serão remetidos ao COMGEP para a efetivação do ato de Reforma ou de Exclusão a bem da disciplina do acusado, exceto quanto ao arquivamento e à aplicação de pena disciplinar, ações estas que caberão à autoridade instauradora, quando não houver recurso.

## 4 PRAZOS

**4.1** São os seguintes os prazos para o andamento do processo, previstos nesta Instrução:

- a) 30 (trinta dias), a contar da data de nomeação, para a conclusão dos trabalhos, podendo ser prorrogado por mais 20 (vinte dias), o que somente ocorrerá por motivo excepcional, devidamente justificado;
- b) 5 (cinco) dias, após o recebimento do Libelo Acusatório, para que o acusado ofereça razões de defesa;
- c) 20 (vinte) dias, a contar do recebimento do Relatório dos membros do CD, para que a autoridade instauradora dê a sua solução, observando rigorosamente o que estabelece a legislação em vigor, imediatamente dando ciência formal ao acusado da decisão, quando se inicia o prazo recursal previsto na letra “d” deste item;
- d) 10 (dez) dias, após o acusado tomar ciência formal da Solução, para que interponha recurso, fornecendo-lhe, na ocasião, cópia do Relatório e da Solução; e
- e) 20 (vinte) dias, a contar do recebimento do processo, para que o CMTAER julgue os recursos que forem interpostos.

**4.1.1** Todos os prazos serão contínuos, não sendo interrompidos aos sábados, domingos ou feriados.

**4.1.2** O prazo que terminar em sábado, domingo ou feriado considerar-se-á prorrogado para o 1º dia útil imediato.

**4.1.3** Na contagem dos prazos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do encerramento, exceto na contagem do prazo prescricional estabelecido pelo art. 17 do Decreto nº 71.500, de 1972, onde incluir-se-á o dia do início e excluir-se-á o dia do encerramento.

## **5 DISPOSIÇÕES FINAIS**

**5.1** Os membros do CD, o acusado, bem como todos aqueles cuja participação no processo possa ser considerada de interesse, quando militares em serviço, não deverão ser desligados de suas OM antes do encerramento dos trabalhos.

**5.2** Quando o CD tiver origem na CPG, não será elaborado o Termo de Inquirição ao Acusador (Anexo AA).

**5.3** Todas as folhas do CD serão numeradas com algarismos arábicos, no canto superior direito e em ordem crescente, a partir da autuação, que constituirá a folha nº 1.

**5.4** Deverá o escrivão rubricar todas as folhas dos autos, abaixo da numeração.

**5.5** Após o cumprimento de qualquer ato do processo, o escrivão certificará o fato (Anexo LL) ou, se for o caso, consignará as razões que impediram o seu cumprimento.

**5.6** Nenhum documento será juntado (Anexo KK) aos autos sem autorização do Presidente do CD.

**5.6.1** Todos os documentos recebidos serão registrados, conforme Anexo KK.

**5.7** No depoimento do acusado, será lavrado Termo de Qualificação e Interrogatório e, no caso de testemunha, será lavrado o Termo de Inquirição.

**5.8** Se o acusado se recusar a assinar qualquer documento relativo ao CD, a omissão deverá ser suprida com a assinatura de duas testemunhas que presenciarem a recusa.

**5.9** Os autos do CD deverão ser lavrados em papel ofício com timbre.

**5.10** A capa do CD (Anexo MM) deverá conter os autos e autuação do Conselho.

**5.10.1** Na autuação do CD deverão ser arrolados todos os documentos iniciais.

**5.10.2** Após a capa do CD, a fim de facilitar a localização dos documentos, deverá ser confeccionado um sumário (Anexo NN).

**5.11** A cada sessão será lavrada uma ata pelo escrivão, conforme Anexos OO, PP, QQ, RR, SS, TT e UU, o qual a subscreverá e a assinará.

**5.12** Quaisquer fatos surgidos no curso do processo e que mereçam maiores investigações, desde que não estejam ligados ao motivo determinante do CD, deverão ser participados, imediatamente, à autoridade instauradora, para as devidas providências.

**5.13** Cabe ao escrivão, ao fazer o exame final dos autos, verificar se deles constam os documentos previstos no item 3.8.1 da presente Instrução.

**5.14** Para que os prazos sejam rigorosamente cumpridos, o Presidente do CD, o interrogante e relator e o escrivão deverão ser afastados de suas tarefas funcionais e escalas de serviço, estabelecidas pelo seu órgão de origem, enquanto durarem os trabalhos.

**5.15** Ocorre a prescrição das providências punitivas ou disciplinares decorrentes do CD nos seguintes prazos:

- a) 6 (seis) anos, a partir da data em que foram praticados os casos previstos nesta Instrução; e
- b) previstos no CPM em relação aos crimes por ele regulados e que constituam causa do CD.

**5.16** Aplicam-se a esta Instrução, subsidiariamente, as normas do CPPM no que lhe for aplicável.

**5.17** Qualquer solicitação de informações que visem a instruir o processo deverá ser feita por intermédio de ofício, conforme Anexo YY.

**5.18** Todas as apresentações de militares envolvidos no CD deverão ser feitas por intermédio de ofício, conforme Anexo ZZ.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. [Brasília, DF], 1988, 357p.
- \_\_\_\_\_. Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1968. Código Penal Militar. [Brasília, DF], 1968.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980. Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. [Brasília, DF], 1980.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Cria o Regime Jurídico Único dos Servidores da União e dá outras providências. [Brasília, DF], 1990.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993. Aprova o Regulamento de Promoções de Graduados da Aeronáutica. [Brasília, DF], 1993.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. Regula o Processo Administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. [Brasília, DF], 1999.
- \_\_\_\_\_. Decreto nº 3.690, de 19 de dezembro de 2000. Aprova o Regulamento do Corpo do Pessoal Graduado da Aeronáutica, e dá outras providências. [Brasília, DF], 2000.
- \_\_\_\_\_. Comando da Aeronáutica. Portaria nº 782/GC3, de 10 de novembro de 2010. Aprova a regulamentação da sistemática de apuração de transgressão disciplinar e da aplicação da punição disciplinar. [Brasília, DF], 2010.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Regulamento Disciplinar da Aeronáutica. RMA 29-1[Brasília, DF], 1975.

## Anexo A - Modelo de ofício de instauração de CD



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**COMISSÃO DE PROMOÇÃO DE GRADUADOS**

Of nº /CPG/R- Local, de de .

Do Presidente  
Ao Comandante-Geral do Pessoal

Assunto: Conselho de Disciplina, ex officio.

1. Informo ao Senhor que, em reunião da Subcomissão de Primeira Instância, realizada em .... de .....de....., o ..... (Grau Hierárquico Quadro e Nome completo ou Graduação Especialidade e Nome completo do acusado) foi considerado não habilitado para o acesso, de acordo com o inciso II do art. 45 do Decreto nº 881, de 23 de julho de 1993 (REPROGAER).
2. Esclareço que a aludida decisão plenária foi ratificada pela Subcomissão de Recursos em ....de ..... de .....
3. Em consequência, informo, ainda, que o referido graduado deverá ser submetido a Conselho de Disciplina, *ex officio*, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 71.500, de 1972.

Posto Quadro e NOME COMPLETO  
Presd da CPG

Cópias:  
SIJ. .... 2  
Secretaria... ..1  
Total ..... 3

**Anexo B - Modelo de portaria de instauração de Conselho de Disciplina**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

PORTARIA Nº R- \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

**O (AUTORIDADE INSTAURADORA)**, de conformidade com o previsto no inciso ..... (citar o inciso correspondente) do art. 4º, no art. 5º e no art. 11 do Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, tendo em vista o disposto na alínea “a” do item 1.3.1 da ICA 111-4, de 2014 “Conselho de Disciplina no Âmbito do Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº...../GC3, de .....de.....de....., e considerando o que consta do Processo nº....., resolve:

Art. 1º Determinar que seja instaurado o Conselho de Disciplina para julgar o ..... (Grau Hierárquico Quadro e Nome completo ou Graduação Especialidade e Nome completo do acusado), incurso no inciso ..... do art. 2º do Decreto nº 71.500, de 1972.

Art. 2º Nomear os seguintes oficiais para constituírem o Conselho de Disciplina: o ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Presidente do Conselho); ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Interrogante e Relator); e ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Escrivão).

Parágrafo único. Os trabalhos deverão ser concluídos no prazo de trinta dias corridos.

Art. 3º Encaminhar os documentos relativos ao Conselho de Disciplina ao oficial presidente do Conselho.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
 Comandante, Chefe ou Diretor da OM



**Anexo D - Modelo de portaria de afastamento de exercício de função**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)**

PORTARIA Nº R- \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

**O (AUTORIDADE INSTAURADORA)**, de conformidade com o previsto no art. 3º do Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, tendo em vista o disposto nos itens 2.2.4 e 2.5.2 da ICA 111-X, de 2007 “Conselho de Disciplina no Âmbito do Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº ...../GC3, de .....de.....de....., e considerando o que consta do Processo nº....., resolve:

Art. 1º Determinar o afastamento do acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) do ..... (cargo ou função) enquanto durar o processo disciplinar, permanecendo o militar à disposição do Presidente do Conselho de Disciplina.

Art. 2º Esta Portaria deverá ser transcrita nas folhas de alterações do acusado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Ou

Posto e Quadro NOME COMPLETO (Oficial-General)  
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

**Anexo E - Modelo de Termo de Compromisso**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)**

**TERMO DE COMPROMISSO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de ....., nesta cidade do Estado ..... (ou lugar onde for), no Quartel de ..... (ou local onde for), perante o .....(Posto Quadro e NOME COMPLETO do Presidente deste Conselho), nomeado pela Portaria nº ...../OM, de.....de.....de ....., da ..... (autoridade instauradora), eu, ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Interrogante e Relator) e..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Escrivão), comprometo-me manter o sigilo do presente processo, apreciar com imparcial atenção os fatos que me foram submetidos, julgá-los de acordo com a lei e as provas dos autos e cumprir fielmente as determinações contidas nas Instruções Complementares do Conselho de Disciplina no âmbito do Comando da Aeronáutica, aprovadas pela Portaria nº ....., de .... de ..... de ....., no exercício das funções de Escrivão. Do que, para constar, lavrei este termo, que vai subscrito pelo Presidente do Conselho, Interrogante e Relator e por mim, Escrivão.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

**Anexo F - Modelo de Ofício Interno**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)

Ofício nº \_\_\_\_\_ Local, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ .

Do Acusado  
 Ao Sr. Presidente do Conselho

Assunto: Substituição do Presidente ou Membro(s) do Conselho.

1. Eu, .....(Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), submetido a Conselho de Disciplina de acordo com a publicação em Bol Intr nº .....de .....de ....., solicito ao Senhor a substituição, conforme o previsto no item 2.4.1.1 da ICA 111-4, de 2014 “Conselho de Disciplina no Âmbito do Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº ...../GC3, de.....de.....de....., do .....(Posto Quadro e NOME COMPLETO do Presidente do CD) ou ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Interrogante e Relator); ou..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Escrivão) nomeado pela Portaria nº R-...../OM, de .... de..... de ..... (explicar as razões)

NOME COMPLETO Grau Hierárquico e Quadro  
 Acusado

Ou

NOME COMPLETO Grau Hierárquico e Especialidade  
 Acusado

Cópias:

SIJ. ....2

Secretaria ....1

Total.....3

<p>RECEBI O ORIGINAL</p> <p>Em ____/____/____</p> <hr/> <p>Assinatura</p>
---







**Anexo J - Modelo de ofício de encaminhamento para inspeção de saúde****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

Of. nº /Presd/CD Local, de de .

Do Presidente do Conselho de Disciplina  
Ao Diretor do Hospital

Assunto: Inspeção de Saúde.

Ref.: Portaria nº R-...../OM, de.....de.....de .....

1. Tendo em vista que o .....(Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) foi submetido a Conselho de Disciplina, conforme Portaria nº R-...../OM, de ..... de .....de ....., solicito ao Senhor que o militar em questão seja submetido a Inspeção de Saúde, de acordo com o item 3.5.1 da ICA 111-X, de 2007 “Conselho de Disciplina no Âmbito do Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº ...../GC3, de .....de.....de..... .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

Cópias:  
SIJ. ....2  
Secretaria .....1  
Total.....3

**Anexo K - Modelo de despachos****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA****DESPACHOS**

1. Designo o dia .... de ..... de....., às xx h, na (OM onde funcionará o Conselho de Disciplina), para, após leitura e autuação dos documentos que constituíram o ato de nomeação do Conselho, ser procedida a entrega do Libelo Acusatório ao acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO) ou (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) da ..... (OM onde serve ou, se da reserva, onde pode ser encontrado).
2. Que seja oficiada a ..... (OM), solicitando a presença do acusado ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO) ou (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), no dia .....de.....de....., às xx h yy min, na ..... (OM onde funcionará o Conselho de Disciplina).
3. Que seja oficiada a ..... (OM onde funcionará o Conselho de Disciplina), solicitando a presença do ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), que assistirão, como testemunhas, à entrega do Libelo Acusatório acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), no dia .....de.....de....., às xx h yy min, no local onde funcionará o Conselho de Disciplina.
4. Designo o dia ....de.....de....., às xx h yy min, na (OM onde funcionará o Conselho de Disciplina), a fim de prestar depoimento o acusador ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO e onde serve), presente o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO).
5. Proceda-se à seguinte diligência ..... (declinar, se for o caso, qual ou quais deverão ser feitas para o esclarecimento dos fatos).
6. Oficie-se ao Sr Dr. Juiz Auditor da..... Auditoria da ..... Circunscrição da Justiça Militar - CJM [ou ao Juiz de Direito da Vara Criminal de ..... (local onde foi julgado o processo)], solicitando informar qual o resultado da Ação Penal a que respondeu o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO) ou (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), qualificando-o perante aquele Juízo ou Tribunal (civil ou militar) em ..... de ..... de..... .
7. Que seja solicitada ao Sr. Comandante da Aeronáutica a prorrogação do prazo para conclusão dos trabalhos do presente Conselho, nos termos do Parágrafo único do art. 11 do Decreto nº 71.500, de 1972.
8. Que seja oficiado o Sr. .... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do chefe do oficial, de patente superior à do Presidente do Conselho, que será testemunha), solicitando

o comparecimento do ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO), presente o acusado, às xx h yy min, do dia ..... de .....de....., a fim de ser ouvido como testemunha, no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina).

9. Havendo divergência nas declarações prestadas pelo acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO e OM ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO e OM) e testemunhas ..... (Graduação Especialidade, NOME COMPLETO e OM onde servem ou podem se encontradas), .....(Graduação Especialidade, NOME COMPLETO e OM onde servem ou podem ser encontradas) ou entre testemunhas ..... (Graduação Especialidade, NOME COMPLETO e OM onde servem ou podem se encontradas) ..... e (Graduação Especialidade, NOME COMPLETO e OM onde servem ou podem se encontradas), designo o dia ..... de ..... de....., às xx h yy min, no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina), para acareação.

10. Que seja oficiada a ..... (OM onde serve a testemunha, e, se civil, endereço onde reside ou pode ser encontrada), solicitando a presença da testemunha ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), presente o acusado, às xx h yy min, do dia ..... de .....de....., no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina).

Providencie o Sr. Escrivão.

Local, de de .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD







**Anexo O - Modelo de Libelo Acusatório**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

Of. nº /Presd/CD Local, de de .

Do Presidente do Conselho de Disciplina  
Ao Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO do acusado

Assunto: Libelo Acusatório

1. Considerando haver sido o Senhor não habilitado, em caráter provisório, para integrar o Quadro de Acesso, por ..... (Quadro de Acesso por Antiguidade - QAA/Quadro de Acesso por Merecimento - QAM), à graduação de ....., pela Subcomissão da Primeira Instância da Comissão de Promoções de Graduados (CPG), em reunião de nº ....., de ..... de ..... de....., incidindo no previsto no inciso II do art. 45 do Decreto nº 881, de 1993 (REPROGAER), e considerando, ainda, haver sido a decisão da Subcomissão da Primeira Instância da CPG ratificada, conforme decisão plenária da Subcomissão de Recursos, em reunião de nº ....., de ..... de ..... de....., o Conselho de Disciplina, nomeado pela Portaria nº R-...../OM, de ..... de ..... de....., atendendo ao que preceitua o art. 9º do Decreto nº 71.500, de 1972, encaminha a V.Sa. o seguinte Libelo Acusatório, segundo o qual lhe são imputados os atos e os fatos abaixo relacionados:

- a) ter recebido conceito desabonador em face de seu desempenho incorreto, no cargo de ..... (descrever o fato), obtendo para si proveitos pessoais, comprometendo o bom nome do Comando da Aeronáutica, tendo sido, em consequência, punido com trinta dias de prisão;
- b) ter sido, em ..... de ..... de....., punido com a pena de quatro dias de detenção .....(descrever o fato);
- c) .....(e assim por diante, descrevendo, resumidamente, os fatos e atos que foram imputados ao acusado, cada um isoladamente).

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

Cópias:  
SIJ. ....2  
Secretaria .....1  
Total.....3

**Anexo P - Modelo de relatório****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA****RELATÓRIO****1 INTRODUÇÃO**

O presente Conselho de Disciplina foi nomeado pelo Sr. Comandante, Chefe ou Diretor da OM, através da Portaria nº R-...../OM, de .... de ..... de....., para julgar o ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO do acusado), incurso no inciso ... do art. 2º do Decreto nº 71.500, de 1972, sobre o qual pesa acusação ..... (declinar os fatos imputados no presente processo).

Assim sendo, foram nomeados os seguintes oficiais para constituírem o Conselho de Disciplina, o ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Presidente do Conselho); ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Interrogante e Relator); e..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO do Escrivão).

**2 DILIGÊNCIAS E DEPOIMENTOS REALIZADOS**

Reuniu-se o Conselho de Disciplina no ..... (local designado para funcionar o Conselho), por convocação do Sr Presidente, presente o acusado, acompanhado do seu defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB) e as testemunhas ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO); foi mandado proceder à leitura e à autuação dos documentos que constituíram o ato de nomeação do Conselho. Pelo despacho Fl ..., foi determinado o seguinte ..... (descrever as medidas tomadas no despacho), que foram realizadas às Fl ... . Tais providências constam da Ata da 1a Sessão do Conselho, Fl ... .

Cumprido os ditames legais, o Conselho forneceu ao acusado o Libelo Acusatório (Fl ...); foi qualificado e interrogado (Fl ...); foram-lhe assegurados seus amplos direitos de defesa, havendo sido concedido o prazo de cinco dias para oferecimento da defesa, (Fl ...), protestando por ..... (provas testemunhais, documentos e diligências por ele requeridas).

O Conselho (Fl ...) deferiu ..... (mencionar todas as provas deferidas ou indeferidas).

Em virtude da relevância das diligências e da impossibilidade deste Conselho terminar os trabalhos dentro do prazo, que lhe é cominado em lei, foi solicitada, antes do término, sua prorrogação (Ofício de Fl .....), havendo sido deferida (Ofício de Fl ...), nos termos do Parágrafo único do art. 11 do Decreto nº 71.500, de 1972.

Esses atos consignam-se na Ata da ... Sessão do Conselho (Fl ...) e expediente de Fl ... .

Pelo despacho de Fl ..., foi designada a ... Sessão do Conselho para a tomada de depoimento das testemunhas do acusado, conforme Ata de Fl ... e depoimentos de Fl ... .

O Conselho deliberou conceder a acareação ..... (dizer entre quem), em razão de pontos divergentes que merecem esclarecimentos à decisão do processo, designando-se dia, hora e local, com as intimações de estilo (Fl ...).

Às folhas ... e ... constam a Ata e o Termo de Acareação, e às Fl ..., respostas enviadas através de ofícios ao Conselho.

Encontrando-se o processo em termos para deliberação, cumpridos todos os atos com fiel observância da lei, o Conselho designou dia e hora para a Sessão Secreta, a fim de deliberar sobre o presente RELATÓRIO.

A Ata da ... Sessão (Fl ...) registra.

### 3 ANÁLISE DAS PROVAS APURADAS

A Portaria veio acompanhada dos seguintes elementos documentais ..... (mencioná-los com um resumo do conteúdo de cada um). Depuseram as seguintes testemunhas, a saber: ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO) (Fl ...); ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO) (Fl ...); e ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO) (Fl ...); além da acareação de Fl ... entre ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO) e ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO).

Deste conjunto de elementos (provas documentais e testemunhais) que justificou o presente processo, conclui-se que ..... (2). A defesa juntou os documentos de Fl.. (mencioná-los com um resumo de conteúdo de cada um e seu relacionamento com os atos ou personalidade do acusado). Depuseram as seguintes testemunhas: ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO) (Fl ...); ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO) (Fl ...); e ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO) (Fl ...).

Do exame das provas feitas pelo acusado, verifica-se que ..... (3).

A acusação que pesa contra o acusado, estratificada no Libelo Acusatório, encerra o seguinte ..... (4).

### 4 CONCLUSÃO

Em face do acima exposto e que lhe dos autos consta, e:

CONSIDERANDO que ..... (5).

CONSIDERANDO que ..... (6).

CONSIDERANDO que ... .

RESOLVE O CONSELHO DE DISCIPLINA, por ..... (unanimidade ou maioria; nesta última hipótese, completar-se-á: contra o voto de ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO e função no Conselho), JULGAR o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) ..... (se o acusado é ou não culpado da acusação que lhe foi feita; ou está ou não sem habilitação para o acesso, em caráter definitivo; ou o que for julgado pelo Conselho, tendo em vista o

disposto no art. 2º do Decreto nº 71.500, de 1972), determinando que, lavrado o competente termo de encerramento, seja o presente processo encaminhado ao Sr. Comandante-Geral do Pessoal, para fins de direito.

Local, de de .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

## Anexo Q - Modelo Razões de Defesa



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

### RAZÕES DE DEFESA

1. .... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acusado perante o Conselho de Disciplina nomeado pela Portaria nº R-...../OM, de ..... de ..... de....., e tendo em vista os autos e fatos que lhe são imputados no Libelo Acusatório, recebido à ..... de..... de.....de....., vem, tempestivamente, oferecer suas razões de defesa pelos motivos que adiante se seguem:

a) com referência à alínea “a” do Libelo Acusatório ..... (desenvolvimento das razões que entender de direito; se possível, apresentar provas que justifiquem suas alegações); e

b) com referência à alínea “b” ..... (o mesmo procedimento da alínea “a”, e assim por diante).

2. Face ao exposto, é o acusado ..... (inocente ou culpado, no todo ou em parte por ....), devendo, pois, ser sua situação ..... reconhecida pelo Conselho de Disciplina.

3. Protesta provar o alegado através das testemunhas ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), filho de ..... e de ....., nascido em ....., natural da cidade de ....., Estado ....., .....(estado civil), servindo no.....(Nome da OM), portador da carteira de identidade nº....., expedida por ....., residente à ..... e ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), filho de ..... e de ....., nascido em ....., natural da cidade de ....., Estado ....., .....(estado civil), servindo no.....(Nome da OM), portador da carteira de identidade nº ..... expedida por ....., residente à .....ou (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), filho de ..... e de ....., nascido em ....., natural da cidade de ....., Estado ....., .....(estado civil), servindo no.....(Nome da OM), portador da carteira de identidade nº ..... expedida por ....., residente à ..... e ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), filho de ..... e de ....., nascido em ....., natural da cidade de ....., Estado ....., .....(estado civil), servindo no.....(Nome da OM), portador da carteira de identidade nº ..... expedida por ....., residente à .....; requerendo que seja oficiado ao ....., autoridade ..... (Força Armada correspondente) da ..... CJM (ou ao Juízo da ..... Vara Criminal de .....), solicitando informar o resultado do processo a que respondeu perante aquele Juízo ou Tribunal (Civil ou Militar), em ..... de ..... de..... .

Local,                    de                    de                    .

Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO  
Acusado

Ou

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

Ou

NOME COMPLETO e nº de inscrição na OAB  
Advogado

## Anexo R - Modelo de Termo de Qualificação e Interrogatório



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**TERMO DE QUALIFICAÇÃO E INTERROGATÓRIO**

Aos.....dias do mês de ..... do ano de....., às xx h yy min, nesta cidade de ....., no Quartel ..... (OM correspondente), compareceram à presença deste Conselho .....(Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), filho de ..... e de ....., nascido em ....., natural da cidade de ....., Estado ....., ..... (estado civil), servindo no.....(Nome da OM), portador da carteira de identidade nº ....., expedida por ....., residente à ....., ..... o defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB) e as testemunha designadas para assistir ao presente ato, ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) e ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), comigo ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), o qual passou a ser qualificado e interrogado pelo Sr. Presidente, observando-se que não há obrigação de responder às perguntas que forem formuladas. (Seguem as perguntas e as respostas). **Perguntado se ..... respondeu que ..... Perguntado se ..... respondeu que .....**

E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Presidente do Conselho por encerrado o presente auto de qualificação e interrogatório do acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), que iniciado às xx h yy min, e concluído às xx h yy min, vai assinado pelo Presidente do Conselho, Interrogante e Relator, acusado, Advogado, testemunhas designadas, depois de lido e achado conforme. Eu..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, que o escrevi.

Local,            de            de            .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

**Anexo S - Modelo de complementação das Razões de Defesa**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**COMPLEMENTAÇÃO DAS RAZÕES DE DEFESA**

..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acusado perante o Conselho de Disciplina, nomeado pela Portaria nº R-...../OM, de ..... de ..... de....., e tendo em vista os autos e fatos que lhe são imputados no Libelo Acusatório, recebido a ..... de..... de.....de....., vem, tempestivamente, apresentar a COMPLEMENTAÇÃO DE SUAS RAZÕES DE DEFESA pelos motivos que adiante se seguem .....(descrever as razões).

Face ao exposto, é o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), .....(inocente ou isento das acusações), devendo, pois, ser a sua situação de inocente reconhecida pelo Conselho de Disciplina.

Local, de de .

Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO  
Acusado

Ou

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado



**Anexo U - Modelo de numeração e local de rubrica de folha**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

FL n° _____
_____ Escrivão do CD

**Anexo V - Modelo de Termo de Inquirição de Testemunha****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA****TERMO DE INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA**

Aos.....dias do mês de ..... do ano de....., às xx h yy min, nesta cidade de ....., no Quartel ..... (OM correspondente), compareceram à presença deste Conselho o.....(Graduação Especialidade e NOME COMPLETO do acusado), filho de ..... e de ....., nascido em ....., natural da cidade de ....., Estado ....., .....(estado civil), servindo no.....(Nome da OM), portador da carteira de identidade nº ....., expedida por ....., residente à ....., o defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), comigo ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de escrivão, compareceu a testemunha, FULANO DE TAL, <nacionalidade>, <profissão>, <estado civil>, filho de ..... e de ....., nascido em ....., natural da cidade de ....., Estado de ....., portador da Cédula de Identidade nº ....., inscrito no CPF/MJ sob o nº ....., residente e domiciliado na Rua ....., nº ....., Bairro ....., Cidade-UF, CEP ....., que foi inquirida sobre os atos e fatos imputados ao acusado, incurso no inciso II do art. 2º do Decreto nº 71.500, de 1972; depois do compromisso de dizer a verdade e perguntado se conhece o acusado, respondeu que .....(referir tudo o que disser a respeito do objeto da acusação e suas circunstâncias); perguntado.....; declarou que ..... (transcrever o que for dito, de forma clara e sucinta, exclusivamente sobre o fato). (Seguem as perguntas e as respostas).

E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Presidente do Conselho por encerrado o presente depoimento da testemunha .....(Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), que, iniciado às xx h yy min e concluído às xx h yy min, mando lavrar este termo, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos membros do Conselho assinado e seu defensor.

Eu.....(Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, o escrevi.

Local, de de .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão









**Anexo AA - Modelo de termo de inquirição ao acusador**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**TERMO DE INQUIRÇÃO DO ACUSADOR**

Aos.....dias do mês de ..... do ano de ....., às xx h yy min, nesta cidade de ....., no Quartel ..... (OM correspondente), compareceram à presença deste Conselho o.....(Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), filho de ..... e de ....., nascido em ....., natural da cidade de ....., Estado ....., ..... (estado civil), servindo no.....(Nome da OM), portador da carteira de identidade nº ....., expedida por ....., residente à ..... e ..... o defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), a fim de ser inquirido sobre os fatos constantes da .....(declinar o que for: denúncia, parte, etc.), que lhe foi lido, declarou que ..... (transcrever o que for dito, de forma clara e sucinta, exclusivamente sobre o fato. As perguntas que se seguirem após a narrativa deverão ser objetivas, versando sobre o fato).

E como nada mais disse nem lhe foi perguntado, deu o Presidente do Conselho por encerrado o presente, que, depois de lido e achado conforme, iniciado às xx h yy min e concluído às xx h yy min, vai pelos Membros do Conselho assinado, bem como pelo acusador, pelo acusado e comigo ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, que o escrevi.

Local,                    de                    de                    .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusador

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão



**Anexo CC - Modelo de nomeação de defensor do acusado a revelia**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)**

**NOMEAÇÃO**

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE DISCIPLINA, nomeado pela Portaria nº ...../XXX, de ..... de..... de ....., de conformidade com o previsto no item 3.5.5.1 da ICA 111-4, de 2014 “Conselho de Disciplina no Âmbito do Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº ...../GC3, de .....de.....de....., resolve:

Nomear o .....(Posto Quadro e NOME COMPLETO) para atuar como defensor do .....(Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO do acusado), incurso no inciso ..... do art. 2º do Decreto nº 71.500, de 1972.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

**Anexo DD - Modelo de encerramento e remessa do Conselho de Disciplina****MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA****TERMO DE ENCERRAMENTO E REMESSA DO CONSELHO DE DISCIPLINA**

Aos .... dias do mês de ..... do ano de ....., na cidade de ....., no Quartel ..... (OM correspondente), encerro os trabalhos de instrução atinentes ao presente Conselho de Disciplina, procedido em cumprimento ao determinado na Portaria nº R-..../OM, de .... de ..... de ....., do Exmo Sr (Sr) ....., e dele faço remessa ao Exmo. Sr. Comandante-Geral do Pessoal, do que, para constar, lavrei o presente termo.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD



## Anexo FF - Modelo de ofício de remessa de processo ao auditor competente



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

Endereço Completo  
 CEP .....  
 Tel. .... e-mail

Ofício nº                    /SIGLA DO ÓRGÃO/

Local,                    de                    de                    .

A Sua Excelência o Senhor  
 Doutor .....  
 Juiz Auditor da Auditoria da .....Circunscrição Militar  
 Endereço  
 CEP - Cidade - UF

Assunto: **Conselho de Disciplina.**

Senhor Juiz,

1. Encaminho a Vossa Excelência, de acordo com o inciso III do art. 13 do Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, os autos do Conselho de Disciplina, mandado proceder por este Comando pela Portaria nº R-...../OM, de.....de.....de ....., para julgar o .....(Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acusado de ....., o qual foi considerado culpado pela prática de atos definidos como crime pelo Código Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.001, de 21 de outubro de 1969).

Respeitosamente,

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
 Comandante, Chefe ou Diretor da OM  
 Ou  
 Posto Quadro e NOME COMPLETO (Oficial-General)  
 Comandante, Chefe ou Diretor da OM

**Anexo GG - Modelo de ofício de remessa de autos de Conselho de Disciplina, a fim de efetivar reforma ou exclusão a bem da disciplina**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

Of. nº            /SIGLA DO ÓRGÃO/            Local,            de            de            .

Da Autoridade Instauradora  
Ao Comandante-Geral do Pessoal

Assunto: Reforma ou Exclusão a Bem da Disciplina.

Anexo: Autos do Conselho de Disciplina com ..... Fl.

1. Remeto ao Senhor os autos do Conselho de Disciplina, nomeado pela Portaria nº R-...../OM, de ..... de ..... de ....., na qual figura como acusado o ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), integrante do .....(Nome da OM), com a finalidade de efetivar a .....(reforma ou exclusão) a bem da disciplina, conforme as razões a seguir:

- a).....
- b)..... ; e
- c)..... .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Comandante, Chefe ou Diretor da OM  
ou

Posto Quadro e NOME COMPLETO (Oficial-General)  
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Cópias:

SIJ. ....2  
Secretaria .....1  
Total.....3

<p>Esse Ofício deverá ser endereçado ao Exmo. Sr. Comandante da Aeronáutica ou à autoridade a quem tenha sido delegada competência para efetivar a reforma ou a exclusão a bem da disciplina.</p>
---



**Anexo II - Modelo de Requerimento**

Local, de de .

Do Posto Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO  
Ao Comandante da Aeronáutica

Assunto: Conselho de Disciplina. Recurso

Ref.: Portaria nº R-...../OM, de.....de.....de..... ..

1. ....(Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), ..... (somente o número do RA/RC sem o órgão expedidor), servindo .....(OM do militar), tendo sido julgado culpado pelo Conselho de Disciplina, nomeado pela Portaria nº R-...../OM, de.....de.....de....., a que foi submetido conforme comunicação recebida por intermédio do Ofício nº ....., de.....de....., recebida em .....de.....de....., requer, tempestivamente, de acordo com os art. 14 e 15 do Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, interpor o presente recurso contra a solução pelo referido Conselho, pelas razões que passo a expor:

a).....

b).....; e

c)..... .

2. É a primeira vez que requer.

NOME COMPLETO Grau Hierárquico e Quadro  
Acusado

ou  
NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

**Anexo JJ - Modelo de recebimento de documentos**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**RECEBIMENTO DE DOCUMENTOS**

Aos .... dias do mês de ..... do ano de....., recebi estes autos do Sr. Presidente do Conselho de Disciplina.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

**Anexo KK - Modelo de juntada de documentos expedidos e recebidos**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**JUNTADA DE DOCUMENTOS EXPEDIDOS E RECEBIDOS**

Aos .... dias do mês de ..... do ano de....., junto aos presentes autos os documentos de no....., do que, para constar, lavrei o presente termo, subscrevendo-o.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

**Anexo LL - Modelo de certidão**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**CERTIDÃO**

Certifico que foi providenciado o cumprimento do Despacho do Sr. Presidente do Conselho de Disciplina.

Local, de de .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

**Anexo MM - Modelo de capa de Conselho de Disciplina**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

CONSELHO N° ...../OM/ANO

PRESIDENTE: ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO)

INTERROGANTE E RELATOR:.....(Posto Quadro e NOME COMPLETO)

ESCRIVÃO: (Posto Quadro e NOME COMPLETO)

ACUSADO :.....(Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO)

FATO :.....(descrever sucintamente)

**AUTUAÇÃO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de....., nesta cidade do Estado ....., no Quartel de ....., autuo a Portaria de nomeação e demais documentos que me foram entregues pelo Presidente do Conselho de Disciplina; (relacionar os documentos que deram origem ao Conselho de Disciplina), do que, para constar, lavro o presente termo.

Eu, ..... (rubrica do Escrivão), ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, o escrevi ou o subscrevo.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

**Anexo NN - Modelo de sumário**  
**SUMÁRIO**

<b>1</b>	<b>PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DO CONSELHO DE DISCIPLINA.....</b>	<b>XX</b>
<b>2</b>	<b>DOCUMENTO QUE DEU ORIGEM AO CONSELHO DE DISCIPLINA.....</b>	<b>XX</b>
<b>3</b>	<b>TERMO DE ABERTURA.....</b>	<b>XX</b>
<b>4</b>	<b>DOCUMENTO “A”.....</b>	<b>XX</b>
<b>5</b>	<b>DOCUMENTO “B”.....</b>	<b>XX</b>
<b>6</b>	<b>DOCUMENTO “C”.....</b>	<b>XX</b>
<b>7</b>	<b>DOCUMENTO “D”.....</b>	<b>XX</b>
<b>8</b>	<b>DOCUMENTO “E”.....</b>	<b>XX</b>
<b>9</b>	<b>DOCUMENTO “F”.....</b>	<b>XX</b>
<b>10</b>	<b>INQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA (POSTO/GRADUAÇÃO E NOME COMPLETO).....</b>	<b>XX</b>
<b>11</b>	<b>DOCUMENTO “G”.....</b>	<b>XX</b>
<b>12</b>	<b>DOCUMENTO “H”.....</b>	<b>XX</b>
<b>13</b>	<b>RELATÓRIO.....</b>	<b>XX</b>
<b>14</b>	<b>TERMO DE ENCERRAMENTO.....</b>	<b>XX</b>
<b>15</b>	<b>OFÍCIO DE REMESSA.....</b>	<b>XX</b>

## Anexo OO - Modelo de ata da 1ª sessão



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**ATA DA 1ª SESSÃO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de....., no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina), presentes todos os membros do Conselho de Disciplina, o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acompanhado de seu defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), e as testemunhas designadas para acompanharem a entrega do Libelo de Acusatório ao acusado, ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) e .....(Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), abriu o Sr. Presidente a sessão, às xx h yy min, tendo sido lidos e autuados os documentos que constituíram o ato de nomeação do Conselho; fornecido ao acusado o Libelo Acusatório, no qual estão contidos, com minúcias, o relato dos fatos e a descrição dos atos que lhe são imputados, em cuja cópias, juntas aos autos, passou recibo datado; foi designado, ainda, o dia .....de.....de....., ..... (dia da semana), às xx h yy min, neste local, para serem procedidos a qualificação e o interrogatório do acusado. E como nada mais tinham a tratar, determinou o Sr Presidente o encerramento da sessão, às xx h yy min; do que, para constar, lavrei a presente Ata, que vai por mim .....(Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, escrita e subscrita.

Local,            de            de            .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

## Anexo PP - Modelo de ata da 2ª Sessão



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**ATA DA 2ª SESSÃO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de ....., no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina), presentes todos os Membros do Conselho de Disciplina, o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acompanhado de seu defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), e as testemunhas ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) e ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), designadas para acompanharem a sua Qualificação e Interrogatório, abriu o Sr Presidente a sessão, às xx h yy min, qualificando e interrogado o acusado, com o término às xx h yy min, ficando ciente de que, a partir da data ali aposta, contar-se-á o prazo de cinco dias para que ofereça as suas razões de defesa, por escrito; e ... (se for o caso, descrever tudo o mais que ocorrer na sessão cuja inserção foi determinada na Ata). E como nada mais tinham a tratar, determinou o Sr. Presidente o encerramento da sessão, às xx h yy min; do que, para constar, lavrei a presente Ata, que foi por mim ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, escrita e subscrita.

Local,            de            de            .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

## Anexo QQ - Modelo de ata da 3ª Sessão



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**ATA DA 3ª SESSÃO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de....., no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina), presentes todos os Membros do Conselho de Disciplina, o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acompanhado de seu defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), e as testemunhas ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) e ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), designadas para acompanharem a sua Qualificação e Interrogatório, abriu o Sr Presidente a sessão, às xx h yy min, qualificado e interrogado o acusado, com o término às xx h yy min, ficando ciente de que, a partir da data ali aposta, contar-se-á o prazo de cinco dias para que ofereça as suas razões de defesa, por escrito; e ... (se for o caso, descrever tudo o mais que ocorrer na sessão cuja inserção foi determinada na Ata). E como nada mais tinham a tratar, determinou o Sr. Presidente o encerramento da sessão, às xx h yy min; do que, para constar, lavrei a presente Ata, que foi por mim ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, escrita e subscrita.

Local,            de            de            .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

**Anexo RR - Modelo de ata da 4ª Sessão**

**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**ATA DA 4ª SESSÃO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de....., no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina), presentes todos os Membros do Conselho de Disciplina, o acusado ..... (Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acompanhado de seu defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), abriu o Sr Presidente a sessão, às xx h yy min, a fim de serem ouvidas as testemunhas arroladas na defesa de Fl ....., conforme termo em separado, comparecendo todas as testemunhas (ou mencionar a que faltou), ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, e ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, as quais foram presenciadas pelo acusado e seu advogado. E como nada mais tinham a tratar, determinou o Sr Presidente o encerramento da sessão, às xx h yy min; do que, para constar, lavrei a presente Ata, que foi por mim ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, escrita e subscrita.

Local,            de            de            .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

## Anexo SS - Modelo de ata da 5ª Sessão



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**ATA DA 5ª SESSÃO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de....., no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina), presentes todos os Membros do Conselho de Disciplina, o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acompanhado de seu defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), abriu o Sr Presidente a sessão, às xx h yy min, a fim de serem ouvidas as testemunhas arroladas na defesa de Fl ....., conforme termo em separado, comparecendo todas as testemunhas (ou mencionar a que faltou), ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, e ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, as quais foram presenciadas pelo acusado e seu advogado. E como nada mais tinham a tratar, determinou o Sr Presidente o encerramento da sessão, às xx h yy min; do que, para constar, lavrei a presente Ata, que foi por mim ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, escrita e subscrita.

Local,                    de                    de                    .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

## Anexo TT - Modelo de ata da 6ª Sessão



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**ATA DA 6ª SESSÃO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de....., no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina), presentes todos os Membros do Conselho de Disciplina, o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acompanhado de seu defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), abriu o Sr Presidente a sessão, às xx h yy min, a fim de serem ouvidas as testemunhas arroladas na defesa de fls. ...., conforme termo em separado, comparecendo todas as testemunhas (ou mencionar a que faltou), ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, e ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, as quais foram presenciadas pelo acusado e seu advogado. E como nada mais tinham a tratar, determinou o Sr Presidente o encerramento da sessão, às xx h yy min; do que, para constar, lavrei a presente Ata, que foi por mim ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, escrita e subscrita.

Local,                    de                    de                    .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

## Anexo UU - Modelo de ata da 7ª Sessão



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**ATA DA 7ª SESSÃO**

Aos ..... dias do mês de ..... do ano de....., no ..... (local designado para funcionar o Conselho de Disciplina), presentes todos os Membros do Conselho de Disciplina, o acusado ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), acompanhado de seu defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), abriu o Sr Presidente a sessão, às xx h yy min, a fim de serem ouvidas as testemunhas arroladas na defesa de fls. ...., conforme termo em separado, comparecendo todas as testemunhas (ou mencionar a que faltou), ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, e ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), com início às xx h yy min e término às xx h yy min, as quais foram presenciadas pelo acusado e seu advogado. E como nada mais tinham a tratar, determinou o Sr Presidente o encerramento da sessão, às xx h yy min; do que, para constar, lavrei a presente Ata, que foi por mim ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, escrita e subscrita.

Local,                    de                    de                    .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão

**Anexo VV - Modelo de termo de acareação**

**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

**TERMO DE ACAREAÇÃO**

Aos .... dias do mês de ..... do ano de....., às xx h yy min, nesta cidade de ....., no Quartel ..... (OM correspondente), presentes todos os membros do Conselho, o ..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO do acusado), filho de ..... e de ..... nascido em ..... natural da cidade de ....., estado ....., ..... (estado civil), servindo ..... (Nome da OM), portador da identidade nº ....., expedida por ....., residente a ....., o defensor ..... (NOME COMPLETO e OAB), comigo..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, compareceram as seguintes testemunhas:..... A (Posto Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), ..... B (Posto Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO) e ..... C (Posto Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), já inquiridas nestes autos por este Conselho, foram, à vista das divergências existentes nos seus depoimentos, nos pontos ..... (decliná-los), reperguntadas às testemunhas A, B e C (Posto Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), uma face a face com a outra e com o acusado, para explicarem as ditas divergências. E depois de lidos perante eles os depoimentos referidos nos pontos divergentes, pela testemunha A ..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), foi dito que .....; pela testemunha B..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), foi dito que .....;pela testemunha C..... (Posto Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), foi dito que .....; e pelo acusado (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), foi dito que ..... . E como nada mais declararam, deu o Sr Presidente do Conselho por finda a presente acareação, que, iniciada às xx h yy min e concluída às xx h yy min, mando lavrar este termo, que, depois de lido e achado conforme, vai pelos Membros do Conselho assinado, bem como pelas testemunhas, acusado, eu defensor ..... . Eu.....(Posto Quadro e NOME COMPLETO), servindo de Escrivão, o escrevi.

Local, de de .

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Interrogante e Relator

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd CD

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Acusado

NOME COMPLETO e OAB  
Advogado

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Graduação e Especialidade  
Testemunha

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Escrivão



**Anexo XX - Modelo de portaria de prorrogação de prazo para conclusão do Conselho de Disciplina**



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**(COMANDO-GERAL, DEPARTAMENTO OU ORGANIZAÇÃO MILITAR)**

PORTARIA Nº R- \_\_\_\_\_, DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_.

**O (AUTORIDADE INSTAURADORA)**, de conformidade com o previsto no parágrafo único do art. 11 do Decreto nº 71.500, de 5 de dezembro de 1972, tendo em vista o disposto na alínea “a” do item 4.1 da ICA 111-4, de 2014 “Conselho de Disciplina no Âmbito do Comando da Aeronáutica”, aprovada pela Portaria nº ...../GC3, de .....de.....de....., e considerando o que consta do Processo nº ....., resolve:

Art. 1º Determinar que o prazo estipulado pela Portaria nº R-...../OM, de .....de..... de....., publicada no Boletim Interno (grau de sigilo correspondente) nº ....., de.....de .....de....., seja prorrogado por mais ..... dias.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

Ou

Posto Quadro e NOME COMPLETO (Oficial-General)  
Comandante, Chefe ou Diretor da OM

**Anexo YY - Modelo de ofício para solicitação de informações**



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA  
ORGANIZAÇÃO MILITAR ELABORADORA**

Of. nº            /SIGLA DO ÓRGÃO/            Local,            de            de            .

Do Presidente do Conselho de Disciplina  
Ao Comandante, Chefe ou Diretor do Acusado

Assunto: Solicitação de Informações.

1.            Solicito ao Senhor encaminhar a este Conselho de Disciplina, nomeado pela Portaria nº R-...../OM, de ..... de .....de....., em que é acusado..... (Grau Hierárquico Quadro e NOME COMPLETO ou Graduação Especialidade e NOME COMPLETO), cópia autêntica de ficha individual do referido graduado.
2.            Considerando o curto prazo de que o Conselho dispõe para finalizar o seu trabalho, rogo-vos remeter o objeto solicitado em caráter de urgência.
3.            Informo ao Sr. que o Conselho se encontra instalado nas dependências do ..... (Nome e endereço do local designado para funcionar o Conselho de Disciplina).

NOME COMPLETO Posto e Quadro  
Presd do CD

Cópias:  
SIJ. ....2  
Secretaria .....1  
Total.....3

